

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 05.08.2021

A epidemia do novo coronavírus e os problemas económicos

Registaram-se quatro casos confirmados do novo tipo de coronavírus em Macau e a sociedade está a prestar alta atenção ao assunto. O Governo activou, de imediato, o mecanismo de protecção civil, estudou e avaliou a tendência do desenvolvimento da epidemia, e organizou, atempadamente, a realização do teste de ácido nucleico a toda a população, entre as 9 horas do dia 4 e as 9 horas do dia 7 de Agosto, prevenindo assim a propagação da epidemia. No primeiro dia as filas e o tempo de espera foi longo, devido à grande afluência de pessoas e a problemas técnicos com o sistema do código de saúde, mas o Governo ajustou activamente as respectivas medidas, os problemas foram basicamente resolvidos e o processo decorreu normalmente.

Perante esta epidemia repentina, o Governo respondeu rapidamente, criando imediatamente uma zona de código vermelho e conduzindo as investigações a todos os prédios da zona, e organizando, num curto espaço de tempo, testes de ácido nucleico para toda a população, o que merece o nosso reconhecimento. Neste momento, a epidemia mantém-se e, no futuro, Macau não exclui a necessidade de realizar novos testes a toda a população. O Governo deve aprender com a experiência e rever e otimizar o respectivo processo, efectuando bem os trabalhos de marcação e triagem, e emitindo gráficos com explicações sobre as questões que preocupam mais os residentes, reforçando os esclarecimentos e as informações sobre o processo de testagem; deve ainda aperfeiçoar o sistema, para evitar o pedido repetido de códigos, o número excessivo de marcações, o congestionamento da rede e a incapacidade temporária de fornecer serviços, de modo a assegurar que os trabalhos de testagem decorram da melhor forma.

Ao mesmo tempo, apela-se aos cidadãos para colaborarem activamente nas medidas definidas pelo Governo, fazendo bem os trabalhos de protecção individual e efectuando a marcação prévia no sistema para os testes de ácido nucleico, com vista a evitar confusões e que não consigam efectuar o teste quando se deslocarem ao local. A situação de prevenção e controlo da epidemia é muito severa e a constante prevenção pode deixar os residentes nervosos e receosos. Assim, espera-se que o Governo apoie psicologicamente os residentes durante este período e a sociedade deve ajudar-se mutuamente e ser solidária para, em conjunto, se vencer esta batalha.

A DST esperava atingir 25 mil visitantes por dia durante o Verão, mas devido à evolução contínua da epidemia e ao ajustamento contínuo das medidas de prevenção devido aos casos de infecção no Interior da China e em Macau, às actuais restrições às entradas e saídas, e conseqüente impacto para o sector do turismo, dificilmente vamos atingir este número, e isso vai afectar o ritmo de recuperação da economia. Já se passaram mais de dois meses e verifica-se que o

plano de consumo electrónico ajuda, realmente, a estimular o consumo, a impulsionar a economia, a promover o consumo interno e a reduzir a pressão do dia-a-dia da população. Espero que o Governo continue a reforçar a fiscalização aos estabelecimentos comerciais, e a acompanhar de perto a política de benefícios de consumo por meio electrónico e o preço dos produtos, por forma a combater eventuais situações de aumento ilegal dos preços e também os resultados deste plano para as PME, e tendo em conta a situação real, deve lançar mais planos diversificados para revitalizar a economia, com vista a atenuar as dificuldades da população, assegurar o emprego, estabilizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 05.08.2021

Unir-se para enfrentar a crise da epidemia e estabilizar o ritmo da recuperação económica

Os diversos sectores sociais esperavam que este Verão pudesse trazer mais clientes e já estavam preparados para recebê-los, e as autoridades também estimavam que o número médio diário de visitantes pudesse ultrapassar os 40 mil, mas o plano não conseguiu acompanhar as mudanças. Há dias, houve, repentinamente, quatro casos locais, o que levou a sociedade a estar em alerta elevado, tendo o Governo anunciado a entrada da RAEM em estado de prevenção imediata. É de prever que esta ronda epidémica enfraqueça a confiança dos turistas e afecte, com certeza, a economia, que se encontra em recuperação lenta.

Cerca de 90 por cento das empresas de Macau são micro, pequenas e médias, e, com o impacto da epidemia, têm vindo a esforçar-se por manter o funcionamento, há mais de um ano e meio, e a liquidez de muitas delas tende a diminuir, sendo cada vez mais difícil a sua exploração. As PME suportam a sobrevivência de muitos trabalhadores, mas são um grupo com fraca capacidade para enfrentar riscos. Para além das rendas elevadas, dos custos com os recursos humanos, das tarifas de água e de electricidade, as PME têm ainda de enfrentar os desafios da diminuição drástica do número de visitantes e da vontade de consumo dos residentes, portanto, devido a esta pressão elevada, têm de envidar todos os esforços para manter o funcionamento, e as que não conseguem aguentar têm de fechar as portas e compensar os empregados, o que é lamentável.

Perante a situação inesperada da epidemia, o Governo, para além de definir rapidamente estratégias de resposta, consoante a mudança da situação, para estabilizar a epidemia e evitar a sua propagação, tem de evitar também que a nova onda epidémica afecte a confiança estabelecida no mercado. Sugiro ao Governo que continue a prestar atenção às dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas (PME), e implemente uma nova série de medidas de apoio mais específicas, tais como a redução ou isenção de tarifas de água, electricidade e gás, para apoiar, especialmente, os sectores do turismo e da venda a retalho, entre outros. Caso contrário, se as PME não conseguirem manter os seus negócios e houver, então, uma onda de encerramentos, haverá não só o problema das próprias empresas, como também o mercado de emprego será afectado, o que vai perturbar o ritmo global da recuperação económica e causar uma perda de “três partes”.

Segundo os dados do Governo, até 1 do corrente mês, o número de pessoas vacinadas contra a COVID-19 foi inferior a 290 mil e, comparando com as regiões vizinhas, a taxa de vacinação em Macau não é satisfatória. Segundo alguns especialistas, para construir uma barreira imunológica eficaz, a taxa de vacinação tem de ser mais de 80 por cento, portanto, a taxa de Macau ainda não atingiu o

nível de imunidade colectiva, nem é capaz de resistir aos eventuais riscos de propagação comunitária. Sugiro ao Governo que defina a aceleração de vacinação como uma das prioridades da acção governativa e implemente medidas adequadas de incentivo, para aumentar a vontade dos residentes de se vacinarem e acelerar a construção da barreira imunológica em Macau. Como Macau é uma microeconomia altamente virada para o exterior, as PME já não conseguem aguentar os sucessivos ataques epidémicos.

Por fim, aproveito esta oportunidade para apelar a todos os sectores da sociedade para que se unam e colaborem, com todo o empenho, nas acções de combate à epidemia do Governo, para enfrentarem, em conjunto, as crises causadas pelos surtos da epidemia e assegurarem o ritmo da recuperação económica.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 05.08.2021

Colaboração de toda a população na prevenção da pandemia para construir, em conjunto, uma barreira de saúde

Há dias, foram diagnosticados quatro casos de infecção pela Covid-19, importados e relacionados. Com a forte chegada da nova onda da Covid-19, o Governo da RAEM, depois de ter recebido a comunicação de Zhuhai, tomou uma série de acções, a saber: procurou as pessoas diagnosticadas, bloqueou o seu domicílio e o local de trabalho; activou, atempadamente, os mecanismos precisos de prevenção e combate por zonas e categorias; declarou, nos termos da lei de protecção civil, o estado de prevenção imediata; suspendeu o funcionamento dos locais de entretenimento, etc. Isto reflecte que as autoridades colocam, desde sempre, a prevenção da pandemia e a salvaguarda da saúde dos residentes em primeiro lugar, portanto, o seu trabalho merece reconhecimento. Mais, gostaria de homenagear todo o pessoal da linha de frente dedicado, 24 horas por dia, à testagem de ácido nucleico a toda a população e à prevenção da pandemia.

Como a situação pandémica é instável e de difícil previsão, há um risco de surto nos bairros comunitários. Ontem, o Governo iniciou a testagem de ácido nucleico a toda a população, o que tem uma duração de três dias e contribui para descobrir, quanto antes, casos ocultos, evitando assim a propagação da pandemia. Mais, foi também rápida a organização dos 41 postos de testagem para o efeito, com vista a combater, em conjunto, a situação. Ontem, quando eu estava a coordenar os respectivos trabalhos *in loco*, houve uma avaria dos sistemas do Código de Saúde e da marcação de testes, daí um atraso na testagem. Os cidadãos precisaram de esperar por horas. Felizmente, vários postos tinham passagens para pessoas grávidas, bebés, portadores de deficiências e idosos, e houve compreensão mútua e comunicação entre os cidadãos e o pessoal da linha de frente, também com a coordenação imediata das autoridades, o que permitiu a continuação dos trabalhos de testagem. Face às mudanças repentinas da situação pandémica, espero uma compreensão mútua entre os sectores da sociedade e uma união de esforços para ultrapassar este momento difícil. Sugiro, portanto, o seguinte:

1. Como já não foi a primeira avaria dos sistemas do Código de Saúde e da marcação de testes, sugiro que as autoridades continuem a coordenar com os respectivos operadores, para otimizar e ampliar os sistemas, aumentando a sua estabilidade. Mais, sugiro também que se mantenha uma comunicação estreita com as unidades de apoio e o pessoal na linha de frente, por forma a proporcionar-lhes indicações e apoio em caso de situações imprevistas.

2. Actualmente, o prazo de validade do ácido nucleico da passagem fronteiriça entre Zhuhai e Macau é de apenas 12 horas. Com a situação da noite anterior, em

que um grande número de residentes e trabalhadores não residentes estiveram retidos no posto de teste de ácido nucleico, propõe-se que, para além desses cinco postos que prolongaram o funcionamento para 24 horas, os restantes possam também prolongá-lo, evitando aglomerações. Ao mesmo tempo, os residentes não devem deixar Macau, a menos que seja necessário, e os empregadores devem compreender a situação dos seus empregados, providenciando horários flexíveis de trabalho ou alojamento a curto prazo.

3. Sugere-se coordenação, para mais postos darem prioridade às mulheres grávidas, bebés, portadores de deficiências e idosos, entre outros grupos de pessoas específicas, e que sejam tomadas medidas especiais de inspecção, de acordo com as especificidades profissionais, como os profissionais de saúde e das forças de segurança, e os motoristas dos transportes públicos, e ainda prestando, por iniciativa própria, o serviço de examinação domiciliária a quem se encontra permanentemente acamado ou tem dificuldades motoras.

4. Apela-se aos residentes para colaborarem activamente com a política do Governo de prevenção da epidemia, não acreditarem em rumores nem os divulgarem, articulando-se com o trabalho de teste para toda a população em três dias, de acordo com as informações oficiais. O teste pode ser feito 24 horas por dia, por isso os cidadãos não precisam de se apressar e devem deslocar-se, não nas horas de ponta, ao posto mais próximo para o efectuar, usando máscara e lavando frequentemente as mãos.

Por último, a presente legislatura da Assembleia Legislativa está prestes a terminar. Na qualidade de representante de uma associação de mulheres, agradeço o apoio e a confiança dos cidadãos, ao longo dos últimos quatro anos, na luta pelos direitos e interesses das mulheres e crianças e pelo bem-estar da família, em conjunto com toda a população de Macau. Conseguimos, com sucesso, o aumento da licença de paternidade, o prolongamento da licença de maternidade remunerada, o aumento do subsídio de nascimento e do número de vagas nas creches, promovemos ainda a conclusão dos trabalhos de revisão da “Lei da habitação social”, da “Lei da habitação económica”, da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” e das disposições relativas aos crimes sexuais do “Código Penal”. Perspectivando o futuro, para além de esperar que a epidemia passe o mais rapidamente possível e que a sociedade volte à vida normal, o Governo tem de continuar a auscultar as opiniões dos cidadãos e, através da dinamização da economia, da promoção do desenvolvimento, da protecção da vida da população e da garantia da saúde, concretizar os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau” e construir uma cidade amigável para as crianças, empenhando-se na construção de um lar feliz, próspero, saudável e harmonioso. Obrigada!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 05.08.2021

Apelo à criação de um fundo da população e de um regime de partilha permanente dos saldos financeiros

Desde o retorno à Pátria, Macau tem registado um grande desenvolvimento socioeconómico, e os cofres do Governo têm acumulado uma grande quantidade de reservas financeiras. No final do ano passado, a Reserva Financeira apresentava um valor de 616,1 mil milhões de patacas, dos quais 146,6 mil milhões dizem respeito à reserva básica e 469,5 mil milhões, à extraordinária. Nos últimos anos, o Governo tem optimizado a carteira de investimentos da Reserva Financeira, através do aumento das acções, dos títulos e da participação na construção do Estado, etc., aumentando, assim, o retorno dos investimentos, nos últimos cinco anos, com uma taxa média de rentabilidade anual de 3,1 por cento.

Desde o ano passado, a economia de Macau tem sido gravemente afectada pela pandemia, o que demonstra a existência de problemas resultantes de uma única indústria, de uma única fonte de impostos e da falta de flexibilidade económica. Actualmente, a economia de Macau está em recuperação lenta. Há dias, os casos locais confirmados interromperam novamente o processo de recuperação económica, e os sectores do turismo e do jogo, de convenções e exposições e as pequenas e médias empresas, entre outros, estão a sofrer mais um impacto. O número de desempregados e subempregados tem-se mantido elevado e apresenta tendência de crescimento contínuo, o que é preocupante.

No seu discurso proferido no 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, em 2019, o Presidente Xi Jinping referiu que, com vista a acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, é necessário escolher com precisão os rumos da diversificação, com foco nos recursos vantajosos e nos pontos fortes. Não obstante o apoio especial do Governo Central, por os recursos de solos de Macau serem escassos, só com a implementação de políticas é que se pode atrair projectos de investimento. Deve-se ainda aproveitar bem a reserva financeira, para que desempenhe um papel de orientação estratégica, acelerando, assim, a diversificação industrial. Em particular, deve-se ainda criar um canal de participação da população na cooperação regional e de partilha das oportunidades de desenvolvimento da diversificação industrial, para que as oportunidades e os resultados do desenvolvimento possam beneficiar toda a população de uma forma mais ampla.

Sugiro que se apliquem os resultados de uma série de estudos efectuados sobre o fundo para o desenvolvimento dos investimentos da RAEM, e se aumente a participação de todos residentes, destacando 100 mil milhões de patacas da reserva extraordinária para a criação de uma sociedade de fundos universais, para permitir a participação de todos, com a distribuição de acções num valor não inferior a 100 mil patacas a cada residente permanente, servindo-nos disto como cartaz para promover o desenvolvimento de Hengqin, acelerar os meios de

investimento para a diversificação das indústrias e alargar as plataformas comuns de partilha de oportunidades.

Em termos de desenvolvimento económico, a criação de uma sociedade de fundos universais faz um grande sentido, pois, com a sua criação, podemos associar-nos com as relevantes estratégias dos fundos de investimento do País, dos governos locais e do mercado, o que não só aumenta a “bolada” de investimento para ser canalizada nos projectos de qualidade do Interior da China, mas acompanha ainda o investimento, enquanto tal, nos grandes projectos do País para retirar dividendos. Futuramente, poder-se-ia ainda conceder “leasing” a empresas com potencialidades nas áreas das finanças com características próprias, da medicina e medicamentos tradicionais chineses, da inovação tecnológica e das convenções e exposições, que pretendam ser cotadas no mercado, como forma de apoio e motor para a diversificação da nossa economia.

Na verdade, enquanto patamar de investimento, há que adoptar na sua administração o modelo de gestão empresarial moderna que tem como parâmetros os critérios internacionais, em termos de gestão de investimento, gestão de riscos e de transparência de informações. Mais, há que acelerar ainda a reserva de pessoal de gestão de investimentos e criar um perfeito mecanismo de fiscalização, reunidas as características de uma empresa pública e universal, ficando sob a supervisão periódica da Assembleia Legislativa, através da apresentação de relatórios mensais ou trimestrais, enquanto forma de prestação de contas aos sócios-residentes.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 05.08.2021

Salvaguarda da integridade das eleições e garantia da igualdade e justiça

As eleições para a 7.^a Assembleia Legislativa terão lugar em 12 de Setembro. Todos sabem que a Assembleia Legislativa é um órgão legislativo, cujos trabalhos estão intimamente relacionados com a população. É por isso particularmente importante recorrer, sob os princípios da integridade, igualdade e justiça, às eleições democráticas para a escolha de indivíduos competentes para composição duma legislatura credível e representativa que se destine a servir a sociedade e os residentes.

Na minha opinião, para assegurar a integridade, igualdade e justiça das eleições da Assembleia Legislativa, não é apenas indispensável um sistema jurídico eficaz, mas também o apoio e a cooperação de todos os eleitores. Os actos ilícitos de eleitores põem em causa a integridade, igualdade e justiça das eleições, a imagem política de Macau e os interesses dos residentes, e possibilitam que infractores se tornem legisladores, e as maiores vítimas serão os residentes de Macau. Por conseguinte, espero que os eleitores participem, activamente e de acordo com a lei, nas eleições da Assembleia Legislativa, e que votem de forma objectiva e justa, de acordo com a sua vontade. Este não é apenas um direito concedido aos residentes ao abrigo da Lei Básica de Macau, mas também uma obrigação enquanto eleitores. Estou confiante que com os esforços concertados de todos os eleitores, acabará por ser eleita uma Assembleia Legislativa credível e representativa.

De acordo com o Regime Eleitoral da Assembleia Legislativa da RAEM, os membros da CAEAL são nomeados no ano anterior ao ano da eleição, de entre residentes permanentes da RAEM de reconhecida idoneidade, por despacho do Chefe do Executivo. A CAEAL entra em funcionamento no dia da tomada de posse dos seus membros e dissolve-se 210 dias após o apuramento geral da eleição. Nos termos da *Electoral Affairs Commission Ordinance* de Hong Kong, o mandato dos membros da Comissão de Assuntos Eleitorais não pode exceder cinco anos nem ser inferior a três anos, o que significa que a Comissão de Assuntos Eleitorais de Hong Kong funciona com regularidade. As eleições legislativas de Macau realizam-se, regularmente, de quatro em quatro anos. A questão da CAEAL dever funcionar como a sua homóloga de Hong Kong, para exercer eficazmente as suas competências, merece a consideração do Governo e da sociedade.

Macau voltou a registar casos de Covid e o risco de propagação na comunidade aumentou. Para além da implementação rápida de medidas de prevenção e controlo rigorosas e escalonadas por zonas, o Governo também avançou com a testagem de toda a população, empregando todos os esforços para minimizar os riscos de propagação da epidemia. Face a esta ronda epidémica, tanto o Governo como a sociedade devem rever e reflectir seriamente sobre as insuficiências verificadas nos trabalhos de prevenção e controlo. A

epidemia persiste há um ano e meio, e os trabalhos de prevenção e controlo já há muito se tornaram regulares, mas como não se registou nenhum caso local durante muito tempo, a sociedade ficou cansada das medidas de prevenção, reduzindo a consciência de risco e aligeirando as medidas de prevenção. São estes os factores principais que levaram ao desenvolvimento desta ronda de epidemia para a etapa actual.

A pandemia de COVID-19 continua a apresentar grande incerteza no mundo, e a pressão de “prevenir casos importados e o ressurgimento da epidemia no território” continua a existir. Esperamos que, através desta epidemia, o Governo e os diversos sectores reforcem a consciência sobre a generalização da prevenção e do controlo da epidemia, que se desenvolvam, de forma mais rigorosa, todos os trabalhos de combate à epidemia, que elevam a capacidade de resposta em situações de emergência, e que aperfeiçoem, continuamente, as medidas de prevenção e controlo, bem como o mecanismo de controlo conjunto.

Por fim, espero que a população não entre em pânico, que continue a tomar medidas de protecção individual, que evite concentrações, que desenvolva o espírito de Macau, que ajude mutuamente e que combata em conjunto a epidemia, com vista à construção de uma cidade saudável e segura.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 05.08.2021

Reforçar, através das tecnologias, a educação sobre as duas leis e o amor pela Pátria

Perante as mudanças e a complexidade da conjuntura internacional nos últimos anos, reforçar a educação sobre as duas leis e sobre o amor pela Pátria e por Macau voltou a ser alvo da atenção da sociedade, assim, o Governo vai lançar materiais didácticos complementares para o ensino primário e secundário sobre a Constituição e rever os relativos à Lei Básica, para que os alunos conheçam melhor a Pátria, a soberania do País, a integridade territorial e a salvaguarda da segurança nacional, entre outras matérias, o que contribuirá para o trabalho pedagógico das escolas e dos docentes, permitindo o conhecimento correcto dos alunos sobre os assuntos relativos ao País e à RAEM. Este ano, será lançado o “projecto de educação sobre a extensão do Amor pela Pátria e por Macau”, que recorre à “Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau destinada aos jovens” para interligar os pontos de aprendizagem da história de Macau e os recursos pedagógicos, permitindo que os alunos dos diferentes níveis de ensino conheçam, de forma dinâmica, a história e o desenvolvimento da Pátria e de Macau. Mais, foi promovida a realização da actividade do hastear da bandeira nacional nas escolas, tendo sido obtidos bons resultados.

No entanto, a educação sobre as duas leis e o amor pela Pátria também precisa de acompanhar a evolução dos tempos, actualizando-se os conteúdos e as formas e aproveitando-se as tecnologias avançadas, com vista à melhor absorção e aceitação pelos alunos. O Governo deve auscultar as opiniões dos docentes, jovens e alunos, para aperfeiçoar o conteúdo e o modelo da educação sobre o amor pela Pátria e por Macau, e promover, através das diversas disciplinas e actividades escolares, a educação sobre as duas leis e o amor pela Pátria, por forma a reforçar o sentimento de identidade dos jovens e dos alunos em relação ao País e a Macau, cultivando-se o sentimento de amor pela Pátria e por Macau e a visão internacional. As duas leis e a educação patriótica estão estreitamente relacionadas com a vida quotidiana dos residentes, portanto, além dos jovens e alunos, as respectivas acções de divulgação devem estar também viradas, através de diferentes meios e formas, para os diversos sectores sociais, de modo a unir a sociedade e aumentar a força da coesão, para que a concretização da política “Um país, dois sistemas” seja estável e duradoura, criando-se assim uma base sólida para a prosperidade e o desenvolvimento de Macau.

Além de ter trazido desafios para a economia e a saúde pública, a epidemia fez com que os métodos de ensino se alterassem. Em Macau, o modelo de ensino *online* é mais tradicional, não há um modelo de ensino interactivo mais avançado, e os recursos pedagógicos dependem muito da oferta do exterior, por isso, espera-se que o Governo envide mais esforços para promover a diversificação e a reforma do modelo de ensino electrónico, e faculte mais apoio ao nível quer do

hardware quer técnico, assim como acções de formação sobre novas tecnologias e o novo modelo de ensino, elevando a capacidade dos docentes e a competitividade dos alunos.

Por fim, como está a ser realizado o teste de ácido nucleico a toda a população, aproveito esta ocasião para agradecer os esforços e o contributo do pessoal da linha de frente, e a colaboração activa dos cidadãos! Espero que haja entendimento mútuo entre as partes laboral e patronal, para fazer melhor os trabalhos de prevenção da epidemia, que todos os residentes se esforcem, em conjunto, para enfrentar a epidemia, e que Macau volte à normalidade quanto antes!

IAOD do Deputada Lei Cheng I em 05.08.2021

Apelo à construção de uma cidade com condições ideais de vida, para elevar a qualidade de vida dos residentes

Com a grave situação de pandemia, temos de estar unidos, para nossa protecção e dos nossos familiares, e de colaborar com o Governo nas medidas e nos trabalhos de testagem de ácido nucleico a toda a população. Manifesto os meus mais sinceros agradecimentos aos trabalhadores pelos seus esforços nos trabalhos de combate à pandemia, quer os do Governo quer os das instituições privadas. A união de esforços é a única forma de ultrapassar a situação de pandemia, e o combate à pandemia depende de todos nós!

O que Macau ainda tem de melhorar é o ambiente habitacional. Durante os quatro anos desta legislatura, foram definidos ou revistos vários regimes jurídicos relacionados com a habitação, como a Lei da habitação económica, o Regime jurídico da habitação social, o Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, etc., no entanto, ao nível da construção urbana e da habitação, há ainda vários aspectos que merecem acompanhamento. Por exemplo, não há um planeamento urbanístico completo; os residentes têm dificuldades habitacionais devido ao aumento drástico do preço das casas; os espaços de lazer e instalações sociais não acompanham o desenvolvimento; a renovação urbana é lenta, etc. Hoje, com os esforços de todos nós, os recursos de solo disponíveis para a construção e o desenvolvimento aumentaram, portanto, o Governo deve concluir, quanto antes, o Plano Director e os planos de pormenor, e deve ainda promover a renovação urbana, concretizando, com dinâmica, a política das cinco etapas de habitações, para aumentar a oferta de habitações públicas, e aproveitando bem os terrenos desaproveitados e entretanto recuperados, para aumentar as instalações para os serviços sociais, culturais, recreativos e desportivos, com vista a construir, em conjunto, uma cidade com condições ideais de vida.

No âmbito do planeamento urbanístico: a Lei do planeamento urbanístico foi aprovada em 2013, porém, o plano director e os planos de pormenor continuam por fazer, o que levantou muita controvérsia em relação à aprovação de projectos que prejudicam as montanhas, a paisagem natural e o ambiente habitacional. Exorto o Governo a elaborar, quanto antes, o plano director e os planos de pormenor, definindo, racionalmente, as funções por zona, promovendo a plena implementação da renovação urbana, empregando esforços em desenvolver os novos aterros urbanos, embelezando as ruas, aumentando as zonas de lazer, as infra-estruturas comunitárias e as instalações culturais e recreativas, e promovendo a modernização do sistema de governação urbana e da capacidade governativa.

No âmbito de habitação: o Governo propôs a implementação ordenada da política habitacional abrangendo cinco tipos de habitações, porém, as habitações

económicas ainda estão em fase de planeamento e construção. Espero que o Governo acelere a respectiva construção, para poder atribuir casas quanto antes, e também que divulgue, o mais rapidamente possível, os requisitos da candidatura às habitações para a classe sanduíche, residências para idosos e fracções do projecto "Novo Bairro de Macau", definindo claramente a quantidade dos diferentes tipos de habitações a construir anualmente, para assegurar uma oferta regular, e promovendo, activamente, a construção do sistema jurídico da renovação urbana, etc., para melhorar o ambiente habitacional.

Quanto ao aproveitamento dos terrenos, nos últimos anos, o Governo aumentou os recursos de solos, através da recuperação de terrenos desaproveitados e da realização de aterros, portanto, deve planejar e aproveitar os terrenos desaproveitados e retomados para criar instalações sociais, tais como, escolas, mercados, centros de saúde e de lazer para crianças, em vez de os deixar desaproveitados durante muito tempo. Por exemplo, o terreno da Fábrica de Panchões Iec Long e o terreno junto à Praia de Hac Sá, com mais de 70 mil metros quadrados, que foram recuperados em Janeiro e em Maio de 2019, e ainda o terreno à entrada da Ponte Nobre de Carvalho, na Taipa, destinado ao parque temático do mundo oceânico. A sociedade espera que o Governo aproveite bem esses terrenos para criar espaços de lazer para os residentes, planeie e aproveite, quanto antes, o terreno do Canídro, retomado há três anos, por forma a dar resposta às necessidades de instalações educativas e desportivas, e em articulação com o posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer, crie um corredor verde marginal e mais espaços de lazer e de exercício físico, e eleve a qualidade de vida da população.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 05.08.2021

Esforçar-se na criação dum ambiente favorável para se “viver feliz e trabalhar com alegria”

O mandato da VI Assembleia Legislativa está a chegar ao fim e eu gostaria de agradecer a todos os colegas pelos seus esforços. Passámos quatro anos extraordinários. Fazendo uma retrospectiva dos últimos quatro anos, Macau foi atingida por graves catástrofes naturais, tais como a passagem pela cidade dos tufões "Hato" e "Mangkhut". Ao longo dos últimos quatro anos, celebrámos também o 70.º aniversário da fundação do nosso país e o 20.º aniversário do retorno de Macau à Mãe-pátria. Testemunhámos os trabalhos árduos do povo da China e o magnífico desenvolvimento do Estado e, ao mesmo tempo, experimentámos também as incessantes e radicais mudanças na RAEM.

Nos últimos quatro anos, a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau entrou numa nova fase de desenvolvimento à medida que foram divulgadas as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía. O Governo Central lançou uma série de políticas e medidas em benefício de Macau, proporcionando à RAEM novas oportunidades, como a construção de um centro de turismo e de lazer a nível mundial e uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em prol da promoção da diversificação adequada da economia de Macau, do emprego e do alargamento do espaço para viver.

No meio destes quatro anos, o surto repentino da pandemia do novo tipo de coronavírus trouxe sérios desafios para a economia e a sociedade de Macau. Mais, surgiram também alguns problemas profundos ao nível da economia, administração pública e bem-estar da população, tendo impacto para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau, bem como para o sentido de felicidade da população.

Estamos conscientes de que a sociedade está à procura de progresso e de desenvolvimento, em prol da criação dum ambiente favorável para se “viver feliz e trabalhar com alegria”, e muitos residentes lutam diariamente para alcançar os seus objectivos. Nestes quatro anos, eu e a minha equipa dedicámo-nos a lutar pelos interesses dos residentes, nomeadamente, a melhoria da protecção prevista na lei laboral e a salvaguarda dos direitos laborais dos trabalhadores; a recuperação dos terrenos desaproveitados, a melhoria do planeamento urbanístico, o aumento da oferta de habitações públicas e instalações sociais; a melhoria dos transportes, e do *hardware* de mercados e escolas, a redução dos preços, e a melhoria do regime de segurança social e dos mecanismos da formação de talentos. Espero que os residentes possam “viver felizes e trabalhar com alegria”, e que todos possam desenvolver os seus talentos, a par de se poder criar um ambiente melhor para a nova geração.

Nos últimos quatro anos, temos de agradecer o apoio do País, o esforço do Governo da RAEM e de todos os sectores da sociedade para criar boas condições para a segurança, a saúde e a felicidade dos residentes. Quero agradecer a todos os funcionários públicos, sobretudo aos profissionais da saúde e da protecção civil, por terem garantido ao máximo a segurança e a saúde da população, bem como a todos os residentes que têm permanecido nos seus postos e trabalhado arduamente na defesa do desenvolvimento económico e no contributo inestimável para o funcionamento normal da sociedade.

No futuro, a RAEM vai enfrentar a maior pressão e desafios desde o retorno à Pátria, pelo que temos de preparar bem os trabalhos no âmbito da economia, da sociedade e da vida da população, para que a sociedade possa retomar, o mais rápido possível, a normalidade.

Perante o facto de as infra-estruturas urbanas não conseguirem acompanhar o ritmo do desenvolvimento socioeconómico, temos de aperfeiçoar o planeamento geral e detalhado da cidade, promover a construção do sistema de transportes e da rede rodoviária, garantir a disponibilização de infra-estruturas urbanas e de instalações de serviços públicos, e elevar o nível das instalações e a qualidade dos serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida da população.

Face às dificuldades resultantes da unilateralidade da economia, temos de promover o sector comercial e empresarial, para além de consolidar e promover as indústrias tradicionais do turismo e lazer, desenvolver activamente as novas indústrias, promover a sua valorização e reconversão, para desenvolver as indústrias diversificadas da saúde, do sector financeiro, da tecnologia e da cultura. O Governo deve lançar medidas mais abrangentes para a formação de talentos, com vista a promover o desenvolvimento dos talentos locais e a dar mais oportunidades aos nossos jovens, criando o futuro em conjunto.

Por fim, a epidemia voltou a aparecer nos últimos dias, com casos de infecção local. O Governo anunciou a activação do estado de protecção civil, apelando a todos os sectores para a luta contra a epidemia e a boa execução dos trabalhos de prevenção, bem como aos empregadores e trabalhadores de todos os sectores para manterem uma relação recíproca e ultrapassarem em conjunto as dificuldades. Espera-se que os empregadores facilitem a inspecção e a programação do trabalho para todos os trabalhadores, e que as empresas com condições e capacidades possam dar o apoio de alojamento aos trabalhadores transfronteiriços com necessidades, reduzindo, assim, a circulação de pessoas entre Zhuhai e Macau.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Fong Ka Chio em 05.08.2021

Insistir no “Macau governado por patriotas” e implementar plena e rigorosamente o princípio “um País, dois sistemas”

Neste ano, as eleições para a 7.^a Assembleia Legislativa revestem-se de grande importância para a RAEM, tendo sido alvo de atenção da sociedade. Quanto à recente decisão tomada pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) nos termos da lei, sobre a elegibilidade dos candidatos às eleições para a nova legislatura, foi reconhecida como inelegível uma parte dos candidatos, por não defenderem a Lei Básica da RAEM da República Popular da China ou não serem fiéis à RAEM, tendo sido rejeitadas algumas listas de candidatura. Trata-se de uma acção em estreito cumprimento do princípio “um País, dois sistemas” e da Lei Básica, assim como de uma prática correcta que garante a concretização do princípio de “Macau governado por patriotas”, às quais temos de manifestar o nosso firme apoio.

Como todos sabem, no dia 31 de Julho, o Tribunal de Última Instância (TUI) da RAEM julgou improcedentes, nos termos da lei, os recursos interpostos por três listas de candidatura, mantendo a decisão da CAEAL de recusá-las. Esta decisão reflecte plenamente a legalidade e a razoabilidade da decisão da CAEAL, contribuindo para a defesa da ordem constitucional da Região Administrativa Especial constituída pela Constituição e pela Lei Básica, e a salvaguarda da seriedade e da regularidade das eleições para a 7.^a Assembleia Legislativa.

Para o sucesso da implementação do princípio “um País, dois sistemas” com características de Macau, uma das suas pedras basilares é a concretização verdadeira e completa do princípio fundamental “Macau governado por patriotas”. Macau encontra-se ainda numa fase de desenvolvimento importante, mas as oportunidades e os desafios coexistem. Mais, a conjuntura político-económica internacional está a sofrer mudanças complexas. Só quando nos unirmos e garantirmos a visão geral e política do “Amor à Pátria e a Macau”, é que podemos contribuir para o desenvolvimento e progresso de Macau, a felicidade da população e a criação de um ambiente de desenvolvimento seguro e estável, e só assim é que se pode orientar correctamente os jovens.

Reiteramos, mais uma vez, o nosso ponto de vista. Tal como a maioria dos amigos que amam a Pátria e Macau, o princípio “Macau governado por patriotas” é uma garantia fundamental para a plena e rigorosa implementação do princípio “um País, dois sistemas”. Assim, os indivíduos que entrem na estrutura administrativa da RAEM devem ser aqueles que amam a Pátria e Macau, e que contribuam verdadeiramente para o bem-estar da população.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 05.08.2021

A Região Administrativa Especial deve acompanhar a evolução dos tempos e rever a educação da segurança nacional, a fim de garantir que o princípio “um País, dois sistemas” não se desvirtue nem mude de forma!

Na sessão comemorativa do centenário da fundação do Partido Comunista Chinês realizada no dia 1 de Julho, no texto integral do discurso do Presidente Xi constam dez vezes “tirar ensinamentos da história” e nove vezes “há que...”. O Presidente Xi disse que há que ver bem, a partir da luta de cem anos do Partido Comunista Chinês, as razões que conduziram ao sucesso no passado, e descobrir bem como podemos continuar a ter sucesso no futuro...

Assim, alguns especialistas e académicos entendem que, embora a situação de Macau seja boa, certo é que os desafios que Macau vai enfrentar não podem ser subestimados. Mais, adiantam que a base de Macau é boa, por isso o ensino da segurança nacional deve estar melhor desenvolvido do que nas regiões vizinhas. Por isso, para garantir que o princípio “um País, dois sistemas” não se desfigure nem mude de forma, há que aprender com a história, no sentido de desenvolver, a par da evolução dos tempos, o ensino da segurança nacional, a fim de promover o seu desenvolvimento estável e a longo prazo.

Mas, fazendo uma retrospectiva sobre as situações caóticas resultantes da revisão legislativa da região vizinha, verifica-se que não se tomou como referência a história, nem se legislou atempadamente sobre o artigo 23.º da Lei Básica, e nunca se percebeu a importância de melhorar a educação patriótica a tempo. Até 30 de Junho de 2020, após a promulgação e a aplicação da Lei da Segurança Nacional de Hong Kong, o caos social foi invertido e, de acordo com a Lei da Segurança Nacional de Hong Kong, as instituições de ensino superior devem promover a educação da segurança nacional nas escolas. Por isso, há dias, pelo menos três universidades anunciaram que iam lançar, no novo ano lectivo, cursos de educação sobre a segurança nacional, nomeadamente: na *Hong Kong Baptist University*, os alunos que ingressam no novo ano lectivo têm de frequentar a educação sobre segurança nacional (...) o conteúdo do curso abrange as áreas da cibersegurança, segurança ambiental e saúde pública (...); segundo *The Hong Kong Polytechnic University*, a partir do próximo ano lectivo, irá ser implementada a educação sobre a segurança nacional, e o conteúdo do curso abrange diferentes temas sobre a garantia da segurança nacional e o respectivo conhecimento jurídico; a *Lingnan University* referiu que, a partir do novo ano lectivo, será aprovada uma série de disciplinas nucleares comuns, cursos de aprendizagem abrangente, seminários, palestras, etc., para apresentar o desenvolvimento do País e de Hong Kong, incluindo temas sobre a segurança nacional...

Segundo especialistas e académicos, o actual conceito de segurança nacional abrange 11 aspectos básicos ao nível da segurança: política, territorial, militar, económica, cultural, social, tecnológica, informativa, ecológica, dos recursos e nuclear. Alguns cidadãos pediram-me para questionar o Governo sobre o seguinte: a situação e as infra-estruturas de Macau são boas, pelo que o trabalho sobre o ensino da segurança nacional tem de ser feito melhor do que nas regiões vizinhas. Assim, a Administração tem de avaliar, em tempo oportuno, o ensino da segurança nacional nas instituições de ensino superior, pois só assim é que poderá reforçar a sua articulação com as políticas nacionais e, em conjunto, formar patriotas nesta nova era com o sentimento de amor à Pátria.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 05.08.2021

Acelerar a aplicação das tecnologias de informação para apoiar a transformação digital das pequenas e médias empresas

Recentemente, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação e o Gabinete da Comissão Central de Assuntos do Ciberespaço do Estado publicaram, em conjunto, o “Parecer orientador sobre a aceleração da aplicação da tecnologia *Blockchain* e o desenvolvimento industrial”, no qual se indica claramente a necessidade de transformar, até 2030, as indústrias onde se aplica a tecnologia *Blockchain* num suporte importante para o desenvolvimento da China como uma potência de fabrico e de rede, e o desenvolvimento da economia digital e a modernização do sistema de governação do país e da sua capacidade de governação. *Blockchain* é um protocolo ou solução técnica subjacente que liga criptograficamente as áreas de dados de forma ordenada, permitindo que todas as informações de dados num sistema se tornem abertas, transparentes, inalteráveis, infalíveis, não-falsificáveis e rastreáveis, a fim de resolver os problemas de confiança e segurança na transmissão de informações na Internet. As tecnologias de informação da nova geração, como a *Blockchain*, o *Big data*, a tecnologia em nuvem, etc., serão o centro do desenvolvimento da futura quarta revolução industrial, liderando as mudanças económicas e sociais globais, e o desenvolvimento inovador do sector financeiro.

Para acelerar o desenvolvimento da economia digital, o Estado define claramente, na Lei da Segurança Digital recentemente promulgada, que os governos ao nível provincial e superior devem incluir o “desenvolvimento da economia digital” no seu plano nacional de desenvolvimento económico e social. Em Macau, a tecnologia *Blockchain* ainda se encontra na fase inicial de investigação científica e de aplicação preliminar, mas tem vindo a formar-se um bom ambiente e uma base tecnológica e de destinatários para o desenvolvimento da economia digital. O Governo tem-se empenhado na promoção da construção de uma cidade inteligente, implementou a Conta única e o governo electrónico, concretizou a interligação transfronteiriça de códigos de saúde e lançou o *Simple Pay* etc., com vista a otimizar o ambiente das transacções electrónicas e a acelerar o pagamento electrónico, e os cidadãos estão cada vez mais familiarizados e habituados com a utilização de diferentes tipos de tecnologias de informação, por isso, este é o momento oportuno para as empresas de Macau mudarem o seu modelo de funcionamento tradicional para um modelo digital. Assim, sugiro o seguinte:

1. A indústria das tecnologias da informação é a base do desenvolvimento de uma cidade inteligente, assim, proponho ao Governo que, ao elaborar o segundo plano quinquenal de desenvolvimento, acrescente objectivos claros de desenvolvimento da referida indústria, para apoiar a transformação das indústrias tradicionais e o desenvolvimento das quatro indústrias novas, e estude a optimização do regime vigente de registo de patentes, para reforçar a gestão da

propriedade intelectual da *Blockchain*, a fim de promover a formação de um sistema de propriedade intelectual competitivo em Macau.

2. Tendo como ponto inicial a partilha de dados sobre as actividades económicas, deve-se promover a optimização do ambiente de negócios. Proponho ao Governo que, através da encriptação de dados da *Blockchain* para filtrar informações sensíveis, crie uma plataforma de partilha atempada de dados sem informações sensíveis, sobre o fluxo de pessoas, de carros e de consumo nas zonas, nas ruas e até nas lojas, para o uso das instituições académicas e de investigação científica, e até das pequenas e médias empresas. Assim, os empresários dos diversos sectores podem conhecer, de forma atempada e precisa, as mudanças do ambiente de negócios, e ajustar, oportunamente, a sua publicidade e promoções com descontos, o que pode demonstrar as vantagens de um negócio inteligente. Ao mesmo tempo, haverá ainda a oportunidade de criar novos sectores e postos de trabalho, o que pode trazer uma nova força dinâmica para a diversificação adequada das indústrias de Macau.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 05.08.2021

Acelerar o legislar sobre a matéria de fidúcia e promover os serviços financeiros modernos

O relatório das LAG para 2021 refere “acelerar o desenvolvimento da indústria financeira moderna” e “rever e estabelecer completos diplomas legais em matéria financeira”. Nas LAG da área da economia e finanças, refere-se também a promoção do legislar sobre a “Lei da fidúcia” e dos estudos sobre o regime jurídico tributário complementar dessa lei, trabalhos esses que têm sido desenvolvidos continuamente. Contudo, já estamos em Agosto, altura em que a presente legislatura está próxima do fim, mas não houve informações sobre quando é que a Lei da fidúcia pode entrar no processo legislativo, situação que inevitavelmente deixou o sector um pouco desiludido. No âmbito dos serviços financeiros modernos, os serviços fiduciários são importantes e, no mercado, dividem-se, por regra, em 4 tipos:

(1) Investimento bancário: a instituição fiduciária emite, no seio da sociedade, aos investidores, produtos fiduciários para angariar fundos necessários e, recorrendo à criação de créditos e participações ou demais instrumentos de financiamento e estruturas transaccionais, presta financiamento à parte que necessite dos fundos.

(2) Gestão do património: a fim de satisfazer as necessidades de investimentos dos clientes, a instituição fiduciária distribui, conforme os acordados âmbito e estratégias de investimentos, os fundos fiduciários dos clientes para diversos produtos financeiros.

(3) Gestão de fortunas: conforme as necessidades dos clientes com elevado saldo patrimonial líquido, a instituição fiduciária presta-lhes uma série de serviços, como consultadoria profissional, distribuição do património, sucessão nas fortunas, gestão fiduciária, etc., apresentando-lhes soluções transversais à medida.

(4) Serviços fiduciários: sob o pressuposto da autonomia do património fiduciário, a instituição fiduciária, tomando a conta capital e o capital próprio como suporte e uma detenção segura do património fiduciário como base, presta aos clientes serviços fiduciários ao nível da gestão financeira, tais como criação de contas, abertura das contas contabilísticas, contabilidade, guarda patrimonial, registo, transacções, fiscalização da execução, liquidação, apuro, estimativas, registo do capital próprio, distribuição, revelação de informações, balanço das actividades, depósito de contratos, etc.

Para todas as actividades existem exigências de protecção legal. 1. Actividade dos bancos de investimento. Os planos de financiamento e o financiamento para

fusões e aquisições implica a transacção de verbas e a transacção muitas vezes tem a ver com uma actividade chamada *Escrow*. Apesar de existir em Macau a figura de *Escrow* (Código Civil - "Representação" / "Mandato" / "Código Comercial - Depósito Bancário"), certo é que não é possível recorrer a uma relação fideicomissária para concretizar a "divisibilidade dos direitos de propriedade", a "independência dos bens fiduciários" e a "continuidade da gestão". Na aplicação surgem incertezas quanto às figuras jurídicas, e não é possível concretizar garantias eficazes para ambas as partes envolvidas na transacção. Mais, no quadro legal vigente, os bens que são objecto de alienação são registados a título do mandatário ou representante.

2. Actividade de gestão do património. A aplicação desta figura acontece muitas vezes na gestão do património dos fundos constituídos. Neste domínio, a relação entre os gestores dos fundos e os investidores é fiduciária. Ao constituir um fundo é preciso encarregar fideicomissários para conservar e gerir o património do fundo, com vista a salvaguardar que o património do fundo seja independente perante o gestor e a assegurar que o fundo funcione de acordo com o seu estatuto. Através de diplomas reguladores, o fiduciário do fundo passa a estar sujeito a fiscalização, sendo assim possível garantir que os capitais dos pequenos investidores não vão misturar-se com os capitais do fundo, ou seja, mesmo que sociedade gestora dos fundos vá à falência, os pequenos investidores não são prejudicados.

3. Actividade de gestão de fortunas. É aplicada comumente no "fideicomisso" privado, nomeadamente na sequência da sucessão do património de familiares. À medida do aumento da riqueza dos residentes de Macau, o número de pessoas com alto rendimento líquido aumenta anualmente. Este tipo de clientes com elevado património líquido tem pela frente muitas instituições financeiras à escolha, mas como Macau não tem uma estrutura básica jurídica perfeita, esses clientes preferem optar pelos serviços fiduciários de Hong Kong ou da Europa.

4. Actividade de serviço fiduciário. Os serviços fiduciários são comumente aplicados às instituições filantrópicas. Sendo uma modalidade importante de fideicomisso, o resultado da sua execução tem um interesse no conjunto da sociedade ou nos sujeitos indeterminados definidos no âmbito dos beneficiários. O fideicomisso na caridade reveste-se de grande significado para o desenvolvimento do sector filantrópico.

Pelo exposto, a criação duma lei da fidúcia contribui para a gestão das fortunas locais e para o desenvolvimento do mercado financeiro moderno, mas também para o aperfeiçoamento dos elementos que compõem o mercado local. Assim, sugere-se às autoridades do Governo que dêem grande importância e acelerem o processo legislativo sobre a matéria, apoiando, em termos jurídicos, o desenvolvimento dos serviços financeiros modernos.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 05.08.2021

Zhuhai e Macau unem-se para prevenir e controlar a epidemia, criando uma barreira de prevenção estreita

Zhuhai e Macau têm uma relação inseparável em termos de vida, do estudo e do trabalho. Como já foi dito, com vista à integração na Grande Baía, Macau deve trabalhar a partir da cooperação com Zhuhai. Sob a prevenção e controlo da epidemia, os cidadãos devem gerir bem a sua saúde, evitar viagens desnecessárias ao exterior e actividades fora de Macau, de Zhuhai ou da província. Durante o período de aplicação das medidas de prevenção e controlo por zonas, os cidadãos devem cancelar as actividades colectivas e os encontros, vacinar-se activamente, e insistir na adopção das medidas de prevenção promovidas pelo Governo, isto é, usar máscara, lavar as mãos com frequência, evitar sair, e ficar em casa, com vista à prevenção da epidemia.

Com vista à criação de uma barreira contra a epidemia, sugiro que Zhuhai e Macau se unam na prevenção e controlo da epidemia. Zhuhai é um local de passagem indispensável para a alimentação, óleos e produtos do dia-a-dia da população de Macau; muitos residentes e trabalhadores não residentes precisam de deslocar-se, diariamente, entre os dois lados para trabalhar, estudar e viver, por isso, Zhuhai e Macau já estão intimamente ligados. Mesmo que o tempo seja curto, pois Macau não consegue aguentar a suspensão das passagens de pessoas, das actividades económicas e dos bens devido à epidemia. Proponho então que os trabalhos de prevenção e controlo da epidemia entre Zhuhai e Macau sejam uniformizados, e que ambas as partes cooperem, no sentido de alargar a barreira de prevenção para o Norte, pois só assim é que se pode assegurar que os residentes e os trabalhadores não residentes possam trabalhar em Macau e viver em Zhuhai.

Macau voltou a registar novos casos, o que demonstra que Zhuhai e Macau devem melhorar ainda mais o mecanismo conjunto de prevenção e controlo, e como é que os trabalhos de prevenção de Macau podem ser integrados nas medidas lançadas por Zhuhai é algo que merece estudo e ponderação.

A epidemia está a propagar-se em todo o mundo e acredita-se que, a longo prazo, este vírus vai continuar a acompanhar o ser humano e não poderá ser erradicado num curto prazo. Por isso, os cidadãos devem preparar-se para a luta contra a epidemia a longo prazo, e a vacinação universal é uma das medidas preventivas mais eficazes. Os serviços públicos devem também preparar bem os planos de contingência, tendo em consideração cada fase, de forma minuciosa e cuidadosa, porque mais vale prevenir do que remediar.

Neste caso de surto epidémico local, os diversos serviços públicos actuaram rapidamente, e divulgaram, de imediato, os respectivos dados, tranquilizando a população. E a tomada de decisão, num curto espaço de tempo, sobre a

realização de testes de ácido nucleico a toda a população, deveu-se aos planos e à preparação do Governo, o que merece o nosso aplauso!

Todos os residentes apoiaram imediatamente e participaram, de forma activa e ordenada, nos referidos testes, e a cidade está pacífica e tranquila, sem sinais de pânico, o que reflecte o alto nível dos residentes. Acredita-se que todos já viram o vídeo sobre os exames de ácido nucleico no Interior da China, portanto, estão psicologicamente preparados e sabem como colaborar com as instruções do Governo, o que merece o nosso aplauso!

Aqui, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais de saúde e agentes policiais pelo seu empenho e esforços na realização dos exames de ácido nucleico a toda a população, e na conclusão, no espaço de três dias, dos referidos testes a todos os residentes e a todas as pessoas que se encontram em Macau. A pressão do trabalho e os esforços empregados são inimagináveis, portanto, só posso dizer: obrigado. Agradeço o vosso contributo para a saúde da população de Macau!

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 05.08.2021

Promover a criação do regime disciplinar dos dirigentes e aperfeiçoar as normas anti-corrupção

A Lei n.º 15/2009, que estabelece o estatuto do pessoal de direcção e chefia, prevê expressamente o despacho para efeitos de reparo público para os dirigentes que não tenham dirigido o seu serviço com lealdade, e em caso de incumprimento das regras relativas às garantias de imparcialidade da Administração Pública, pode ser dada por finda a comissão de serviço dos titulares de cargos de direcção. Nos últimos anos, o CCAC apresentou vários relatórios que comprovaram uma série de casos de abuso de poder, de longa duração, ocorridos em diversos serviços públicos, envolvendo serviços da tutela directa do Chefe do Executivo (Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim), bem como da tutela da Secretaria para a Administração e Justiça (ex-Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais), da Secretaria para a Economia e Finanças (Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais), da Secretaria para a Segurança (Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, Direcção dos Serviços Correccionais), da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura (Instituto Cultural), da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas (Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Instituto de Habitação, Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental), assim como da tutela do Director-geral dos Serviços de Alfândega (Serviços de Alfândega). O mecanismo de responsabilização já existe, mas a população questiona se o anterior Governo e os actuais dirigentes do Governo da RAEM ainda não o implementaram, ou seja, se estão a esquivar-se às suas responsabilidades políticas.

Quanto a isto, o Secretário para a Administração e Justiça afirmou que já tinha sido intentada acção penal no tribunal, mas questionei várias vezes sobre os mecanismos de responsabilização sob a forma de despacho para efeitos de reparo público ou de exoneração do cargo, conforme consta do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, tendo apontado também para a inexistência de exclusão recíproca na aplicação deste mecanismo e no de apuramento da responsabilidade por meios judiciais. Assim, o Governo não pode deixar de responsabilizar os dirigentes através da publicação de despacho de censura, justificando-se com a possibilidade da efectivação de responsabilidade penal dos visados, quando necessária! A impossibilidade de implementar, eficazmente, o regime de responsabilização dos titulares de altos cargos, estabelecido pela Lei n.º 15/2009, demonstra que é necessário elevar a capacidade de governação dos dirigentes do Governo da RAEM!

Na resposta à minha interpelação escrita apresentada no corrente ano, o

Governo da RAEM acabou por não conseguir responder a nenhum caso de responsabilização pública, de acordo com a lei, alegando que a implementação do regime de responsabilização pelo pessoal de direcção e chefia (diferente do pessoal em geral) foi impedida por falta de um regime disciplinar. Posteriormente, os SAEP reconheceram que as normas relativas à criminalidade na função pública, que vigoram há mais de vinte anos, não estão a ser revistas, nem estão a acompanhar as necessidades reais do desenvolvimento social de Macau, nem estão a acompanhar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Na recente resposta à minha interpelação escrita, os SAEP revelaram que estão a estudar a criação de um regime disciplinar próprio para o pessoal de direcção e chefia e o aperfeiçoamento do conteúdo dos crimes funcionais no Código Penal, no entanto, não se comprometeram com uma data prevista para o início dos trabalhos de melhoria.

Solicito ao Governo da RAEM que divulgue uma proposta preliminar, esclarecendo o conteúdo da definição do regime disciplinar próprio para o pessoal de direcção e chefia, incluindo a regulamentação clara dos deveres de supervisão do pessoal de direcção e chefia e dos procedimentos sancionatórios disciplinares por incumprimento de obrigações, bem como a introdução de actos de influência nos crimes funcionais do Código Penal de acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Estas melhorias urgentes do sistema jurídico devem ser incluídas nas Linhas de Acção Governativa para 2022!

IAOD do Deputado Zheng Anting em 05.08.2021

Aumentar a taxa de vacinação

As receitas do jogo aumentaram 30% em Julho e a sociedade começou a ter confiança na recuperação económica, mas, a situação epidémica fora de Macau é ainda instável, e os vários tipos de vírus deixam as pessoas de todo o mundo preocupadas. Nos últimos dias, Macau está a enfrentar o risco de alastramento e eclosão de novos vírus na comunidade, ameaçando gravemente a segurança da vida dos residentes. Pelo visto, registaram-se obstáculos no caminho da plena recuperação económica de Macau, e também será difícil assegurar a protecção da saúde e da vida quotidiana da população.

Neste momento, 288 mil pessoas estão vacinadas, mas a taxa de vacinação ainda não atingiu a barreira imunológica. Perante a epidemia, o meio mais eficaz para garantir a segurança da vida dos residentes e o funcionamento básico da sociedade e da economia é aumentar a taxa de vacinação.

Este caso de importação da variante do vírus demonstra que Macau não está completamente segura, e muitos residentes ainda estão preocupados com a fiabilidade das vacinas e com os eventuais efeitos adversos das mesmas, por isso, não têm grande vontade de vacinar-se. De facto, as vacinas, para além de poderem prevenir efectivamente a COVID-19, também podem reduzir eficazmente o risco de doenças graves e de morte após a infecção. Espera-se que o Governo e os diversos sectores promovam, em conjunto, a divulgação científica das vacinas, elevando a consciência de prevenção da epidemia e incentivando os cidadãos a vacinar-se, consoante as suas próprias condições.

Quanto aos serviços de vacinação, muitos grupos vulneráveis pretendem vacinar-se, mas como têm dificuldades de locomoção, não conseguem deslocar-se sozinhos ao local de vacinação, pelo que esperam que o Governo continue a prestar aos residentes o serviço de proximidade de inoculação de vacinas, sem marcação prévia. Quanto aos testes em massa, segundo alguns residentes, nem todos os locais dispõem de canais prioritários. Alguns grupos vulneráveis tiveram de esperar várias horas e não conseguiram aguentar devido à fraqueza do seu estado físico. Sugiro então ao Governo que crie canais prioritários para os idosos, portadores de deficiência, grávidas e crianças, reduzindo o tempo de espera destas pessoas, e que dê orientações claras sobre a distância de segurança, para que os cidadãos que estão na fila de espera possam manter a distância de um metro, reduzindo-se assim o risco de infecção.

Além disso, o pessoal que faz os testes de ácido nucleico é limitado, e algumas cidades da província de Guangdong já realizaram vários testes em massa, por isso, têm mais experiência. Segundo algumas opiniões, naquela altura, após a passagem de Hato, muitos militares do Exército de Libertação do

(Tradução)

Povo Chinês participaram nos trabalhos de limpeza da cidade, demonstrando plenamente a atenção dispensada pela Pátria a Macau. Proponho ao Governo que negoceie com a Comissão Nacional de Saúde sobre o envio de pessoal para Macau, para ajudar Macau a concluir, num curto espaço de tempo, os testes em massa.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 05.08.2021

O sector cultural e criativo, enquanto uma das indústrias importantes para a promoção da diversificação adequada da economia de Macau, tem merecido a atenção do Governo e da sociedade. O Governo tem adoptado muitas medidas, incluindo a criação do Fundo das Indústrias Culturais e a prestação de serviços diversificados ao sector, através de plataformas profissionais como o Centro de Serviços da Cultura de Macau. Além disso, o Fundo das Indústrias Culturais lançou o “Programa Específico de Apoio Financeiro para o Desenvolvimento das Empresas Culturais e Criativas”, a fim de ajudar as empresas na comercialização e desenvolvimento das suas actividades.

Para além do apoio financeiro, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento desta era, é também necessário aperfeiçoar a plataforma de serviços das indústrias culturais diversificadas de Macau, proporcionando aos seus profissionais intercâmbios técnicos e informações sobre a cooperação e a articulação entre as indústrias, reforçar a ligação entre os profissionais das indústrias culturais e criativas e os das outras empresas, bem como aproveitar as grandes oportunidades de desenvolvimento do País para promover Macau como plataforma de serviços para o exterior, de modo a promover o crescimento das indústrias culturais e criativas de Macau. Em paralelo, as conotações do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas devem ser diferentes das de outras regiões, por exemplo, devem realçar o rico estilo local de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, pois só assim é que será possível persistir no desenvolvimento da diversificação adequada da estrutura económica de Macau.

É ainda necessário conceder apoios de diversos níveis e tipos às empresas das indústrias culturais e criativas e aos seus autores, no sentido de subsidiar quer as que já têm determinada envergadura ou renome na exploração de mais nichos de mercado no exterior para os produtos com a marca de Macau, quer as de pequena envergadura e os autores na exploração de diferentes janelas para promover e estabelecer a sua rede de distribuição, bem como articular a construção de “um centro e uma plataforma” com o plano de desenvolvimento da cooperação entre Guangdong e Macau e de criação de um parque de indústrias culturais e criativas em Hengqin, ao nível do reforço do intercâmbio e da cooperação entre as duas regiões, da exploração de mercados internacionais e do impulsionamento do desenvolvimento das indústrias.

A *internet* tornou-se, nestes últimos anos, num relevante meio para o consumo cultural, e com as suas vantagens ao nível da difusão, alteraram-se também os canais de distribuição, razão pela qual se deve reforçar a integração da *internet* com os produtos culturais e criativos, a criação de uma plataforma de serviços *on-line*, a promoção da conversão e qualificação das indústrias e a dinamização do seu desenvolvimento, para que possam alargar os seus mercados regionais e internacionais, em prol do seu desenvolvimento sustentável.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 05.08.2021

Alerta para a fadiga pandémica e esforço conjunto no combate a esta pandemia

Há dias, 4 residentes de Macau foram diagnosticados com a Covid-19, e o Governo declarou o estado de prevenção imediata, tendo sido activado o mecanismo preciso de prevenção e controlo por zonas e níveis, e as zonas de actividades dos casos confirmados foram encerradas. As pessoas que entram e saem pelos postos fronteiriços entre Zhuhai e Macau passam a ter de apresentar o relatório do teste negativo de ácido nucleico com validade de 12 horas. Foram lançados, a partir das 9 horas da manhã de ontem, testes em massa para toda a população. A série de medidas tomada como precaução demonstra a gravidade do caso.

Se olharmos para este caso, existem de facto muitos aspectos que merecem ser revistos. De acordo com a comunicação social e a nota de imprensa do Governo, foi confirmado, em primeiro lugar, que a filha de uma família de quatro elementos se deslocou em Julho à cidade de Xian para intercâmbio, sentiu-se maldisposta e teve tosse e perda do paladar e do olfacto, mas não foi ao médico. Mais tarde, quando regressou a Macau, não declarou, de forma verdadeira, todos os sintomas do seu estado de indisposição, portanto, não foi possível romper a cadeia de transmissão o mais rápido possível. As autoridades têm de prestar atenção a este tipo de falsas declarações no código de saúde.

Por outro lado, o filho desta família deslocou-se ao Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, às 17h52 do dia 28 de Julho e às 00h09 do dia 29 de Julho. O que é surpreendente é que o filho foi duas vezes ao médico, e então isto demonstra que o seu estado de saúde já não era bom, mas o médico responsável não lhe realizou o teste de ácido nucleico de acordo com as orientações antiepidémicas. Então, as autoridades perderam outra vez a oportunidade de descobrir a cadeia de transmissão. O que nos preocupa é que este foi duas vezes consecutivas ao médico e não foi testado. Será que antes se verificaram casos semelhantes que não foram testados?

De seguida, foi a programação de viagens ao exterior pela respectiva escola. A situação epidémica do Interior da China estava instável, tendo a epidemia em Guangdong, ocorrida em Junho, reduzido para 48 horas o prazo de validade do teste de ácido nucleico para as deslocações entre Guangdong e Macau. Daqui se depreende que há uma grande preocupação com a prevenção epidémica no Interior da China. Neste momento crítico, a escola e as respectivas associações devem evitar, tanto quanto possível, viagens de longa distância e prolongadas. Mas constata-se que o sentido de alerta da escola foi claramente insuficiente.

De um ponto de vista mais distante, suspeita-se de que esta brecha na prevenção da epidemia tenha sido causada por um avião relacionado com o caso de Nanquim previamente confirmado, ou seja, a transmissão do vírus para passageiros que embarcaram posteriormente no mesmo avião para Xi'an. Neste momento, Macau limita-se a prevenir os passageiros provenientes de países de médio e alto risco, mas os passageiros dos aviões envolvidos neste tipo de situações também correm riscos. Assim, as autoridades dispõem de medidas preventivas?

Por isso, as autoridades devem reforçar a sensibilização e a educação, alertando o público para a necessidade de declarar a verdade, sob pena de assumir responsabilidades penais e sanções; mais, as instituições médicas devem manter-se em alerta e, caso detectem sinais suspeitos, devem efectuar de imediato o respectivo teste de ácido nucleico; as escolas devem estar sempre atentas sobre a situação epidémica nos arredores e, durante o período importante de prevenção, devem minimizar as viagens ao exterior, e os serviços de educação devem também prestar mais atenção ao assunto; mais ainda, o Governo da RAEM deve também estudar se há ou não necessidade de reforçar a prevenção e o controlo dos indivíduos que tenham estado em locais de propagação epidémica de alto risco, por exemplo, nos aeroportos.

A prevenção de epidemias é uma batalha prolongada. Com o passar do tempo, é inevitável que surja cansaço na prevenção. A partir deste incidente, sabe-se que uma simples frouxidão ou pequena lacuna é suficiente para desencadear tudo. Assim, toda a sociedade deve estar alerta, e descobrir, prevenir e controlar o mais cedo possível, para combater bem esta batalha em conjunto.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 05.08.2021

Não foram em vão, impermeáveis à chuva e ao sol, os dez anos da minha juventude

Esta é a última intervenção antes da ordem do dia de Sou Ka Hou.

As gentes de Macau encaram as mudanças inéditas deste último século, ou seja, uma peste mundial que não se via há cem anos, e um turbilhão político sem precedentes.

Pedimos desculpa por não termos conseguido, através da via política, defender o nosso direito à eleição e o direito de voto dos nossos apoiantes! Neste momento, em que faltam ainda 43 dias para chegar a 12 de Setembro, a Associação do Novo Progresso de Macau fica, sem alternativa, obrigada a parar por aqui, uma vez que as pessoas que não gostam de nós já não podem esperar mais tempo para sermos desqualificados em eleições democráticas. Os direitos de propositura, de candidatura e de voto nas eleições directas, que são direitos universais e iguais que valorizamos muito, já foram abalados, e a saída e a manutenção dos deputados eleitos pela população deixaram assim de estar dependentes dos eleitores, não havendo mais deputados totalmente eleitos pela população.

Sob este regime político não democrático, existem deputados oriundos das eleições indirectas que são eleitos automaticamente, e, ainda, deputados nomeados que são eleitos com zero votos. Há quem afirme que os deputados eleitos por sufrágio directo entraram “à socapa” na Assembleia Legislativa, mas, nós, pelo contrário, fomos eleitos pelas gentes de Macau, com o seu voto e de forma transparente, e cada voto foi depositado de forma honesta, contendo o nosso suor e lágrimas.

Os pró-democratas não são profetas nem adivinhos. Ao longo dos tempos, só esperámos dar o nosso contributo, apesar de pequeno, para, em tempo oportuno, atempadamente e com toda a sinceridade, ser oposição e apresentar alertas e críticas. Isto foi precisamente o que fizemos, ou seja, alertámos sempre para o facto de o atraso na reforma do sistema político democrático poder afectar a responsabilização do Governo, criticámos o confuso e desordenado planeamento urbanístico que impede o desenvolvimento sustentável, opusemo-nos à falta de fiscalização das finanças públicas e ao esbanjamento do erário público.....

No entanto, quer no passado quer no presente, quer a oriente quer a ocidente, as palavras fiéis nunca soam bem. Se os detentores do poder continuarem a ter uma mentalidade de procurar a harmonia e não a uniformidade e a assumir uma atitude de procurar uma base comum enquanto reservam as diferenças, e se a sociedade continuar a respeitar a diversidade e a tolerar a oposição, estas palavras fiéis constituem, com certeza, uma força importante para melhorar o bem-estar do povo e promover o progresso da sociedade, caso contrário, são, lamentavelmente, consideradas como “ruído” e “tetra” que os detentores do poder

querem muito eliminar, por pensarem que “acabar” com quem apresenta os problemas significa que os problemas estão resolvidos.

Estamos, sem dúvida, a viver uma mistura de sentimentos, pois nesta era, neste momento histórico, estamos envolvidos numa página pesada da história eleitoral e política. Agradecemos a atenção, o apoio, e a amabilidade de muitas pessoas de Macau! Pedimos desculpa por vos deixar com o coração apertado, dorido e partido!

Nesta conjuntura dura, muitas pessoas estão com o coração pesado, esqueceram-se de persistir no caminho e no rumo, e sentem-se às vezes sufocadas. Contudo, perante o resultado de 31 de Julho, acreditamos que a justiça se faz no coração das pessoas, e pela história. Apagou-se a luz numa sala já escura, mas há sempre luz onde há pessoas. Qualquer pandemia, por mais persistente que seja, qualquer tempestade, por mais violenta que seja, tem sempre um fim. Hoje não é, nem deve ser o fim do mundo.

Os percalços fazem-nos crescer, o crescimento leva à sensatez, e a sensatez ao optimismo. As pessoas de Macau deram-nos oportunidade de aprender e acumular sagacidade, uma riqueza que nos vai beneficiar durante toda a vida. Nesta assembleia, nesta sociedade, nesta conjuntura, já são muitas, demasiadas, as coisas que nos deixam desalentados e frustrados. O que nos falta é ainda esperança e confiança. “Unir esperanças” não é apenas um *slogan*, é também uma atitude de vida! Oxalá o futuro seja da cor do rasgar das nuvens!

Quatro anos, mais de 1400 dias, foram, para esta assembleia, esta sociedade, efémeros no longo rio da história. Para este hemicycle e muitas pessoas de Macau, Sou Ka Hou foi talvez um passageiro. Para mim, porém, desde a adesão à Associação Novo Macau, passando pela participação nos movimentos sociais, pelo desafio de ser eleito, até à despedida desta casa, os dez anos da minha juventude não foram em vão, e nunca serão esquecidos. Manterei a contumácia de persistir no bem, e o espírito de servir, em todos os postos ao longo da minha vida, continuarei a lutar por esta cidade pequena, por esta terra que tanto amamos!

Para terminar, permitam-se citar a prosa de Su Shi, “Acalmar as ondas”, para nos encorajarmos entre os amigos que abraçam a liberdade. “Não escutes apenas o bater da chuva contra as árvores. Porque não ecoas os teus cânticos livremente enquanto suavemente caminhas? Prefiro as sandálias e a cana de bambu ao selim. Resigno-me à vida entre a chuva e o nevoeiro, coberto por palha. Quando acordo da embriaguez abraçado pelo vento primaveril e fresco, vejo pela frente o pôr-do-sol no cimo da montanha. Olhando para donde vim, vejo o caminho árduo e sombrio já percorrido. Deixem-me voltar atrás! Vou ser impermeável à chuva e ao sol”.

Cuidem-se, e até um dia!

IAOD do Deputado Au Kam San em 05.08.2021

Persistir na paz e na razão para fazer justiça aos mortos do 4 de Junho!

Vários candidatos à Assembleia Legislativa foram acusados de não estarem qualificados para as eleições, tendo como foco a vigília do 4 de Junho. Presumiu-se que os participantes nessas vigílias não defendem a Lei Básica e não são fiéis à RAEM, o que deixou as pessoas surpreendidas. Afinal, qual é a natureza da vigília do 4 de Junho? É uma denigração ao Governo Central, um incitamento à subversão do poder e uma ameaça à segurança nacional? Ou será apenas um exercício pacífico e racional de liberdade de expressão e do direito à liberdade de reunião? Gostaria de apontar aqui dois pontos.

Primeiro, tanto a Polícia como a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) reconheceram o 4 de Junho como um acto de agressão e de difamação contra o Governo Central, com o fundamento de esta já ter chegado a uma conclusão sobre o incidente do 4 de Junho, incluindo a Deliberação sobre impedir distúrbios e apaziguar a revolta contra-revolução aprovada pela 11.^a Sessão do Comité Permanente da 7.^a Legislatura da Assembleia Popular Nacional em 1987 e o Relatório sobre impedir distúrbios e apaziguar a revolta contra-revolução, publicado no Boletim do Conselho de Estado n.º 11 do mesmo ano. Os organizadores da vigília do 4 de Junho continuaram a insistir na realização desta para exigir a reivindicação do movimento pró-democracia de 1989, usando termos como "terror", "matança" e "massacre", que denigrem e a atacam o Governo Central. Mas acho que este ponto de vista não é aceitável.

O incidente de 4 de Junho de 1989 chocou o mundo todo, e o público já tem a sua opinião acerca do número de mortos. É de referir que uma resolução do Comité Permanente da APN ou um relatório do Conselho de Estado não equivalem a uma lei. As pessoas até podem ter opiniões diversas sobre leis formalmente definidas, assim como promover a revisão da lei, pois até a Constituição da China também sofreu várias alterações ao longo desses 70 anos, tanto mais que se trata, meramente, de uma resolução do Comité Permanente da APN ou de um relatório do Conselho de Estado. Ter opiniões diferentes da resolução ou do relatório e manifestar pontos de vista diversos através de reuniões pacíficas e racionais são a realização dos direitos cívicos, isto é, a liberdade de expressão e a liberdade de reunião, portanto, não devem ser considerados como uma violação da lei.

Mais, as vigílias do 4 de Junho que se realizaram ao longo destes anos visavam principalmente um tema, isto é, "reabilitar o movimento cívico de 1989 e construir uma China democrata". Veja-se o exemplo da vigília para a

comemoração do 30.º aniversário do incidente de 4 de Junho de 1989, realizada em 2019. O organizador exibia cartazes com as seguintes afirmações: “não se esqueça o 4 de Junho”, “o espírito do movimento cívico de 1989 sempre permaneceu, e os mártires da democracia também” e “uma injustiça por reabilitar durante 30 anos”, etc. Tudo isto era claro e não continha as afirmações citadas pela Polícia, designadamente, “o poder político do partido comunista é um flagelo para o país e o povo”, “terror branco sob a governação do partido comunista”, “não se esqueçam do 4 de Junho, e persistam nessa guerra”, “a ditadura do partido comunista teme o jasmim”, “fim da ditadura monopartidária!”, etc. Essas afirmações, que não surgiram nas vigílias, foram precisamente o fundamento da CAEAL para dizer que as vigílias continham difamação, ataques ou até a natureza de alterar o poder político. De facto, a Polícia também admitiu que estas afirmações tinham sido exibidas por alguém (que não o organizador) “debaixo das árvores que dão para a Igreja de São Domingos”, na vigília de 4 de Junho de 2011, portanto, há dez anos. Mas estas afirmações foram “transplantadas” à força nas vigílias de 4 de Junho, para tecer crimes a imputar a essas vigílias. Num ponto de vista imparcial, o que os organizadores das vigílias de 4 de Junho reclamavam era o seguinte: “não se esqueça o 4 de Junho”, “reabilitar o movimento cívico de 1989 e construir uma China democrata”, “o espírito do movimento cívico de 1989 sempre permaneceu, e os mártires da democracia também”, “uma injustiça por reabilitar durante 30 anos”, etc. Assim, qual delas pode constituir um ataque ou difamação, alterar o regime do país, prejudicar o princípio “Um País, Dois Sistemas” ou até derrotar o poder político?

Em Macau, a vigília do 4 de Junho começou a ser organizada a partir de 1990. A União para o Desenvolvimento da Democracia de Macau é totalmente composta por residentes de Macau, tendo por objectivo “dar resposta ao movimento democrático da China e promover o desenvolvimento democrático de Macau”. Esta União é uma associação cívica de Macau que nunca teve qualquer relação subordinada a organizações externas. Ao longo dos anos, a União sempre insistiu em organizar a vigília do 4 de Junho cujo objectivo é: devolver a justiça e a razão aos mortos, repor a verdade histórica, ajudar o país a resolver o caos e a retomar a ordem, e a “largar” a “bagagem” histórica. Ao longo dos anos, com a nossa fraca e ligeira força, e com a luz fraca das velas, insistimos, só por causa da rectidão e convicção. Nos últimos 30 anos, as luzes das velas do 4 de Junho de Macau nunca pararam. Então, em que momento o regime do País sofreu uma ameaça? Em que momento é que a segurança do país foi lesada? Compulsivamente, considerar uma vigília organizada com consciência e paz, que resulta do exercício legítimo do poder cívico, como uma actividade ilegal, é absolutamente inaceitável.

Ao ajuizar a elegibilidade dos candidatos à Assembleia Legislativa, a participação na vigília do 4 de Junho passou a ser entendida, através de

extensão, como a “prova do crime” de não se defender a Lei Básica e de não se ser fiel à RAEM, o que é um grande absurdo no mundo. O falecido presidente Liu Shaoqi disse: “Ainda bem que a História é escrita pelo povo”. Nós acreditamos que a História vai conter uma avaliação do público sobre isso!

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Lao Chi Ngai em 05.08.2021

Continuidade e desenvolvimento da tradição de “Macau governado por patriotas”

A prática demonstra que só com a plena administração do Governo Central sobre a Região Administrativa Especial pode ser efectivamente implementado o princípio “Macau governado por patriotas”; a ordem constitucional só pode ser efectivamente defendida com “Macau governado por patriotas”. Só assim é que a RAEM pode alcançar a prosperidade e a estabilidade a longo prazo, e só com “Macau governado por patriotas” é que os problemas mais profundos podem ser resolvidos de forma eficaz e Macau pode ter um melhor desenvolvimento e um futuro melhor.

Desde o retorno à Pátria, a RAEM tem vindo a promover activamente a implementação do princípio “Macau governado por patriotas”. Em 2016, foi introduzido o critério de “defender a Lei Básica e ser fiel à RAEM”, na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, como critério para aferir a elegibilidade dos candidatos às eleições para a Assembleia Legislativa; mais recentemente, com a aplicação deste critério, foram desqualificadas com sucesso algumas listas candidatas à eleição da Assembleia Legislativa, o que demonstra a firme atitude dos órgãos executivo, legislativo e judicial da RAEM quanto à implementação do princípio “Macau governado por patriotas”. No futuro, a fim de dar continuidade e desenvolver a tradição de “Macau governado por patriotas”, temos os seguintes pontos de vista para partilhar convosco:

1. Para implementar o princípio “Macau governado por patriotas”, para além de excluir, com determinação, os indivíduos que não apoiam a base constitucional da RAEM da sua estrutura de governação, deve-se também garantir a eleição de patriotas firmes, com forte capacidade de governação. Estes devem ser hábeis na implementação plena e precisa do princípio “um País, dois sistemas” na governação de Macau; na resolução das contradições e dos problemas que o desenvolvimento de Macau enfrenta; no desenvolvimento dos trabalhos para a população; na união de forças de todas as vertentes; e no cumprimento das suas funções e responsabilidades.

2. Para implementar o princípio “Macau governada por patriotas”, não só se deve garantir que a equipa governativa tenha patriotas como corpo principal, mas também se deve lutar para que as forças patrióticas e de amor a Macau ocupem sempre a corrente principal da sociedade, de modo a permitir que os talentos que amam a Pátria e Macau ocupem cargos-chave em diversas profissões, pois só assim as forças que amam a Pátria e Macau conseguem ter o direito de falar, apoiando sempre as linhas de acção e as políticas do Governo Central e do

Governo da RAEM.

3. Para garantir que a força do amor pela Pátria e por Macau seja transmitida de geração em geração, toda a sociedade deve cooperar, dando mais compreensão e apoio aos jovens, em prol do sucesso da educação patriótica. Há que: orientar os jovens para criarem a capacidade de identificar as informações verdadeiras e falsas; resolver, com empenho, os problemas que mais os preocupam, tais como a dificuldade na aquisição de habitação; orientá-los para conhecerem as oportunidades da nova era da construção da Grande Baía, nomeadamente, a construção e o desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin; e incentivá-los a terem a iniciativa de conhecer as respectivas políticas, aproveitando bem as novas oportunidades, e participando activamente na construção e no desenvolvimento da Grande Baía.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong e Pang Chuan em 05.08.2021

Apoiamos a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) e os órgãos judiciais na aplicação rigorosa da lei e da justiça

Com o Retorno de Macau à Pátria, voltámos a integrar o sistema de governação do País, e a Constituição e a Lei Básica constituem a base constitucional de Macau, sendo também, em conjunto, a garantia dos direitos fundamentais dos residentes. Desde então, os direitos fundamentais dos residentes têm sido protegidos nos termos da lei. Os órgãos judiciais são a última linha de defesa dos direitos fundamentais dos residentes e, nos termos da Lei Básica, os tribunais decidem com independência nos termos da lei e apenas obedecem à letra da lei.

Recentemente, a CAEAL procedeu, nos termos da lei, à apreciação dos requisitos dos candidatos à eleição à Assembleia Legislativa e decidiram que alguns indivíduos não preenchem os requisitos legais, não sendo então elegíveis, uma decisão que não viola os direitos fundamentais dos residentes de Macau. A CAEAL limitou-se apenas a exercer as competências que lhe são conferidas pela lei e a cumprir as atribuições que lhe são legalmente conferidas, pelo que a decisão é adequada, justa e legal e, ao mesmo tempo, demonstra a implementação do princípio de Macau governada por patriotas.

O “Regime Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau” é uma lei especial de natureza política, não se trata de um mero procedimento administrativo. Nas competências da CAEAL, existem disposições especiais sobre os direitos e deveres dos interessados, nas quais se prevêem expressamente as leis subsidiárias aplicáveis e nunca se invocaram quaisquer leis relacionadas com o procedimento administrativo. Por isso, não devemos invocar o “Código do Procedimento Administrativo” para servir de fundamento.

Em relação à decisão da CAEAL, os interessados interpuseram recurso para o Tribunal de Última Instância nos termos da lei. O Tribunal de Última Instância é o órgão supremo na hierarquia dos tribunais em Macau, sendo sua atribuição julgar com justiça nos termos da lei. De acordo com os factos, foi proferida uma decisão que manteve a decisão da CAEAL e que merece todo o nosso respeito.

“Não haverá paz permanente, nem caos permanente. Se as leis forem executadas, o país fica estável; se as leis forem revogadas ou impossíveis de executar, vai surgir o caos no país. A vida e a dignidade do direito residem na sua aplicação. A falta de rigor da lei pode criar caos no país. Macau não pode ter

caos, nem tem capacidade para resistir ao caos. Assim, merecem todo o nosso respeito e apoio a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa e o Tribunal de Última Instância, no que respeita à execução rigorosa da lei, administração da justiça, implementação efectiva do princípio de Macau governada por patriotas e cumprimento de funções e julgamento nos termos da lei.